

Foi um erro cometido no projeto de aumento que está sendo consertado. Se isso não for consertado rapidamente, não irá para a folha de pagamento. Isso prejudica milhares de diretores de escola e supervisores de ensino. É por isso que faço este apelo. A luta do deputado Campos Machado é nobre e não merece críticas. É bonito ver essa luta, que é cheia de razão e de argumentos. Ninguém pode contestar, dizendo que é algo injusto e errado, absolutamente.

Se fosse um projeto de interesse do Governo, do Executivo, eu não faria este apelo, mas estou fazendo porque é de interesse dos servidores. Conheço o coração e a alma do deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, todos sabem que eu estou envolvido, de corpo e alma, na aprovação da PEC nº 05. No entanto, Sr. Presidente, ao contrário de V. Exa., eu aprendi a recuar em determinados momentos. Quem é que irei prejudicar se mantiver essa verificação? O governo Geraldo Alckmin? O governo Márcio França? O "Bloco"? Se eu não recuar, irei prejudicar servidores que não têm nada a ver com as nossas controvérsias. Aprendi a recuar.

Sr. Presidente, quem recua não é covarde. Volto um passo para trás e dou dois passos para frente. Portanto, tendo em vista a necessidade dos diretores, professores e membros dessa categoria, e deixando de lado até a minha teimosia, não posso ser teimoso se irei prejudicar os outros. Eu tenho que ser teimoso quando não prejudico ninguém.

Eu retiro o pedido de verificação de votação. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Retirado o pedido de verificação de votação, está aprovado o Requerimento.

Em discussão o PLC nº 8, de 2018. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pelo PT, tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós acabamos de conversar com o líder do Governo, deputado Barros Munhoz, fazendo mais uma vez um apelo para ele, para que o reajuste possa ser extensivo, no mínimo, aos agentes de organização escolar.

Acho que é reparar uma injustiça, reparar uma defasagem de muitos e muitos anos sobre esses profissionais, tão indispensáveis para o bom funcionamento das escolas públicas estaduais.

O deputado Barros Munhoz sabe da necessidade, se comprometeu. Agora, não basta se comprometer. Nós precisamos votar esse reajuste e igualar, de 3,5% para 7%, o reajuste para esses trabalhadores da Educação.

Sr. Presidente, hoje eu queria também aproveitar essa oportunidade de encaminhamento do projeto para poder dizer a respeito do "Dia Mundial da Síndrome de Down".

Hoje ocorreu um fato muito triste, que envergonha uma parcela de juristas deste País. Uma desembargadora do Rio de Janeiro, chamada Marília Castro Neves, fez a seguinte colocação nas redes sociais dela: como um país poderia ter uma professora portadora da síndrome de down?

Ela pediu licença. Ela fala o seguinte: "olha, dá um tempo aí que eu vou sair, vou me matar, e daqui a pouco eu volto". Essa mesma desembargadora fez as colocações desastrosas, intolerantes, com uma carga de ódio enorme, a respeito da Marielle Franco.

O Conselho Nacional de Justiça está investigando essa desembargadora, mas não basta a investigação. Ela precisa ser afastada a bem do serviço público, e precisa ser exonerada do serviço público, porque uma pessoa que ocupa uma função como essa não tem o direito de fazer essas colocações.

Quem ocupa um serviço público, quem ocupa um cargo público, não pode fazer isso. Ela ofendeu os 270 mil portadores de síndrome de down que existem no Brasil. Essa professora se superou, a Débora Seabra se superou para poder dar aula, para poder ensinar outras pessoas.

Há 30, 40 anos, a pessoa portadora de síndrome de down tinha uma vida restrita. Vivia, às vezes, até 30, 40, 50 anos. Hoje, uma pessoa com síndrome de down vive mais, pode ser incluída em várias tarefas na sociedade brasileira, pode frequentar escolas regulares, pode conviver em família, pode constituir família.

Então, é uma vergonha o que está acontecendo neste País. Da mesma forma, é preciso dizer que hoje é o "Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial". Há uma semana foi assassinada brutalmente uma vereadora cuja combatividade é de se tirar o chapéu, na luta não só pelos Direitos Humanos, mas na luta pela igualdade racial, na luta pela igualdade de gêneros, na luta pela melhoria de vida dos mais pobres.

Ela foi assassinada de forma covarde. Passou-se uma semana e até agora nada ninguém descobriu nada. Os investigadores batem cabeça, uma hora falam que o carro é dos assassinos dela, depois não é mais dos assassinos dela. Uma hora falam que a bala veio dos Correios, que a munição veio dos Correios, em outra hora falam que não veio. Uma incompetência sem tamanho.

A morte da Marielle fere o peito da democracia no Brasil. Mais do que isso, fere o peito de todas as mulheres que lutam neste País. Mesmo aquelas que não têm militância política, mesmo aquelas que não têm o hábito de trabalhar a favor dos Direitos Humanos também saem feridas. Uma pessoa que estava na flor da idade, uma pessoa competente, cuja vida foi ceifada pelo simples fato de ela ser alguém que defendia as camadas mais fragilizadas da população, as camadas mais vulneráveis da população.

Portanto, nós precisamos cobrar. E vamos cobrar todos os dias o governo, principalmente o governo federal, que tem responsabilidade sobre isso também, porque com a intervenção militar no Rio de Janeiro ele só faz aumentar a atenção e esgarçar o tecido social que já estava muito esgarçado no Rio de Janeiro. É preciso ter vitimas como essas para, às vezes, o governo, quem sabe, mudar o rumo de suas políticas, que são absolutamente equivocadas e inadequadas para combater a violência e o crime organizado no Rio.

Quando surge alguém que sabe que esse combate se faz de forma preventiva, que esse combate tem que se fazer através de investimentos em Educação, através da distribuição de renda, através da melhoria da qualidade de vida, com oportunidades para as crianças, para os jovens, com políticas públicas, essa pessoa é morta de uma forma tão covarde, tão brutal e tão desumana, que chocou não só o Rio de Janeiro, não só as mulheres, mas o mundo.

Nós precisamos repudiar isso. Esta Assembleia Legislativa poderia, inclusive, ter emitido uma nota de repúdio em nome de todos os 94 deputados desta Casa, uma nota de repúdio a esse crime bárbaro que aconteceu.

Portanto, hoje, no "Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial", nós não temos o que comemorar. A comunidade negra não tem muito o que comemorar, muito pelo contrário. São os jovens negros os que mais são exterminados nas periferias dos grandes centros urbanos. Nos presídios brasileiros, a população presidiária no Brasil é composta em sua maioria por negros, como se brancos não cometessem crimes. É preciso que o negro fique com a sua carteira profissional penhurada no pescoço, porque quando ele é parado por alguém já é o suspeito, naturalmente considerado o suspeito.

Isso precisa parar no Brasil. Chega. Nós temos que dar um basta. As pessoas precisam ser tratadas com respeito, as pessoas precisam ser tratadas com dignidade, independentemente se são homens, se são mulheres, se são brancos, se são negros, se são pobres, se são ricos. Este País está se habituando a matar aquelas pessoas mais pobres, aquelas pessoas que ocupam a base da pirâmide, a base social e a base econômica.

É isso que nós temos que denunciar. E vamos fazê-lo, vamos cobrar o tempo inteiro medidas que possam punir esses responsáveis por esse tipo de crime, da Marielle e de tantas outras pessoas que são assassinadas diariamente no Brasil.

Quero finalizar dizendo o seguinte: hoje nós vamos votar o Projeto nº 8, mas hoje dói no nosso peito e no nosso coração, sobretudo para aqueles que conviveram com a Marielle. Para sua família, seus amigos, seus correligionários políticos, certamente fica a imagem de uma mulher batalhadora, de uma mulher guerreira que vai estar sempre presente e servindo como exemplo para todas nós que queremos dar continuidade a essa luta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Quero expressar meu sentimento em relação a um gravíssimo fato que não foi abordado nesta Casa ainda, que foi a invasão dos Sem Terra a instalações da Rede Globo. Eu preciso manifestar aqui meu total repúdio a esse movimento.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, quero demonstrar a minha total insatisfação, o meu total repúdio à maneira como está sendo conduzida a PEC nº 05, de maneira arbitrária, colocada ao largo. A votação foi iniciada, 51 deputados estavam votando, e esperava-se que a próxima pauta fosse da PEC nº 05. Infelizmente não foi, por motivos claríssimos.

Aliás, claríssimo não é bem o termo, pois não são claríssimos os motivos. A quem interessa não votar a PEC nº 05? Ao governo Geraldo Alckmin ou ao governo Márcio França? Ao governo Luiz Marinho evidentemente não se pode dizer. Então, ou o governo Geraldo Alckmin tem interesse em não votar a PEC, ou o governo Márcio França tem interesse em não votar a PEC até sete de abril.

Mas qual é a força, deputado Luiz Carlos Gondim, que o Executivo tem sobre esta Casa? O deputado Enio Tatto equivooca-se com algumas coisas, esquece que governador é governador, homem é homem. Ele me chama de Campos Machado Alckmin. Sim, eu defendo o governador. Ninguém o defende nesta Casa, então defendo eu, mas não defendo o governo, defendo o governador.

Vossa Excelência tem razão, deputado Enio Tatto, quando disse certa feita que essa PEC não tem nada a ver com o Executivo e nada a ver com o Judiciário - e muito menos com a Polícia Federal, com o Exército, com a Marinha -, é uma questão desta Casa.

Nessa linha, deputado Enio Tatto, quero dizer que apresentei uma moção de repúdio contra aqueles soldados do MST que invadem terras, matam animais, destroem plantações. Será que o PT defende invasões de terra? Não. Será que o PSOL defende que os soldados do MST possam invadir terras, destruir plantações, colocar fogo em currais? Também não.

O PSOL não está aqui para responder a esta minha indagação. Acredito que nem o PT, nem o PSOL, nenhum partido tenha interesse em invadir propriedades particulares, destruir obras construídas através de anos e anos por famílias e famílias. Invadiram a Rede Globo, que faz constantemente matérias contra a classe política. Tenta aniquilar nossa classe e se julga poderosa. Mas nem por tal motivo nós podemos admitir isso aqui. Fiz uma moção sim. Não aceito.

Há muitos anos debato, com o deputado José Zico Prado, essa questão de invasões de terra. Há até um fato curioso: um dia, há mais ou menos 20 anos, vieram me anunciar: "Campos, sua fazenda vai ser invadida". Eu falei: "aquela que tenho em Lins?". "É aquela". O que aconteceu? O deputado Vitor Sapienza sabe disso. Invadiram aquela fazenda em Lins. Era para vir em cima de mim. Esses são os sem-terra.

Mas, Sr. Presidente, ainda faltam quatro minutos e 35 segundos. Vejo, com atenção, essa discussão do meu nobre vice-líder, deputado Roque Barbieri, com a honrada bancada petista. Vejo com satisfação V. Exa. dialogando com opositores. Mas V. Exa. tem razão nessa questão que diz respeito à CPI da Saúde, das OAsS. É necessário ver o alcance da CPI, que não foi analisada efetivamente pela Presidência, mas pela procuradoria. Se V. Exa. entender que essa não é correta, nós vamos estar juntos nessa luta, como foi na luta da CPI do Detran. É um "faz de conta" - faz de conta que foi feito e faz de conta que não foi feito.

Sr. Presidente, neste curto espaço de tempo que me resta, quero voltar a lhe fazer uma pergunta. Já não sei quantos apelos fiz a Vossa Excelência. Por enquanto, não implorei nem orei. Reflita, Sr. Presidente. Esta é a sua hora; não é minha hora, nem do deputado Roque Barbieri. É a sua hora de presidente da maior Assembleia Legislativa da América Latina. Tenho profundo orgulho de ser deputado desta Casa. Nunca quis sair daqui. Quero terminar este ano tendo orgulho de ter trabalhado e de ter votado em V. Exa. para presidir esta Assembleia.

Por favor, atenda a este apelo que faço para que não deixe de pautar a PEC 05 antes de sete de outubro. (Palmas.) Se pautarmos depois, teríamos que indagar quem venceu - Geraldo Alckmin ou Márcio França? Quem me responde essa pergunta? Quem vai responder a essa indagação? A quem interessa não votar a PEC 05?

Mas estou equivocaco neste meu raciocínio. Tanto Geraldo Alckmin quanto Márcio França não têm nada a ver com esta Casa. Eles são do Executivo. O que estou falando? Estou me perdendo. Eles não têm nada a ver com esta Casa. Estou seguindo caminhos errados. O doutor Geraldo Alckmin, meu amigo e irmão, manda lá no Bandeirantes. O senhor Márcio França manda um andar abaixo, no Bandeirantes. E quem manda nesta Casa? O Sr. Presidente e nós, deputados.

Então, em nome da dignidade desta Casa - não somos dependentes de ninguém -, requeiro, faltando poucos segundos para terminar a minha fala: medite, reflita, não se deixe influenciar por poder nenhum!

Vinte e um partidos da Casa querem votar este projeto, esta PEC. Tenho certeza de que V. Exa não quer aplausos, não quer agrados. Vossa Excelência quer reconhecimento pelo seu trabalho. Vossa Excelência vai ser reconhecido como o deputado corajoso que é, que não tem medo de injunções.

Paute a PEC, Sr. Presidente, em nome da história e da justiça! (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Em votação o projeto, salvo mensagem aditiva e emendas. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto.

Em votação a mensagem aditiva, com parecer favorável. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a mensagem aditiva.

Em votação as emendas de números 1 a 9, englobadamente, com parecer contrário. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas as emendas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, quero declarar voto favorável a todas as emendas apresentadas, sobretudo à primeira, que eu apresentei, incluindo os servidores do quadro de apoio para que tivessem o reajuste de sete por cento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto do deputado Carlos Giannazi, favorável às emendas.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, quero votar favoravelmente a todas as emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores, que apontam um reajuste maior a várias categorias que não foram incluídas no projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto da deputada Beth Sahão, favorável a todas as emendas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, §5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação a realizar-se hoje, cinco minutos após o encerramento da presente sessão, com a finalidade de oferecer redação final ao Projeto de lei Complementar nº 8, de 2018.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, já disse antes e queria cumprimentar novamente a luta do deputado Roberto Engler pela aprovação desse projeto, assim como do deputado Barros Munhoz, líder do Governo, e do governador Geraldo Alckmin. São mais de 18 mil beneficiados por esse projeto importante para a Educação do estado de São Paulo.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de homenagear a participação do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 42 minutos.

* * *

22 DE MARÇO DE 2018 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: DOUTOR ULYSSES e CORONEL CAMILO
Secretária: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a visita de alunos do curso de Direito da Universidade Unicusul - Anália Franco, acompanhados dos professores José Carlos Viana e Wellington Ferreira.

2 - LECI BRANDÃO

Saúda os visitantes. Crítica o teor das discussões entre Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão no citado tribunal, ontem. Afirma que o País vivencia momento de instabilidade e que extrema responsabilidade envolve autoridades judiciárias. Defende o fortalecimento das instituições. Lembra reivindicações e manifestações populares.

3 - CARLOS GIANNAZI

Informa que o prefeito João Doria fora acusado por improbidade administrativa, em razão de promoção pessoal de imagem, pelo uso do símbolo "Cidade Linda". Acrescenta que a Lei 14.166, de 2006, permite apenas a utilização do brasão oficial da Capital, com a inscrição "Cidade de São Paulo". Lamenta a intenção do governo municipal de alterar a citada lei, via aprovação do PL 76. Afirma que deve acompanhar manifestação de professores da rede municipal de ensino, em greve há duas semanas. Crítica o Governo Doria por política de fechamento de linhas de ônibus e de Amas - Ambulatórios Médico-Assistenciais.

4 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Anuncia a visita de Fabrício Furlan, deputado estadual pelo Amapá.

5 - JOSÉ AMÉRICO

Registra que Habeas Corpus Preventivo, impetrado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Afirma que a Rede Globo influencia a decisão da ministra Carmem Lúcia, a respeito da relação do tema com o julgamento de prisão em segunda instância. Clama ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Ministério Público Federal que denunciem Paulo Vieira de Souza e Sérgio Corrêa Brasil, citados em delações premiadas que envolvem o Governo Alckmin. Acrescenta que a revista Época veiculara matéria sobre o cunhado do governador Geraldo Alckmin, Adhemar César Ribeiro.

6 - CARLOS GIANNAZI

Faz coro ao pronunciamento do deputado José Américo. Acrescenta que há blindagem aos governos tucanos, pela Justiça e pela mídia empresarial. Clama por investimentos do Governo no lamspe - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual. Informa que há precariedade na instituição. Compara o pronto-socorro e a enfermaria do hospital a ambiente semelhante ao de acampamento de guerra. Defende a criação de comissão deliberativa para tratar do tema. Conclui que existem cerca de 20 empresas terceirizadas na entidade.

7 - JOSÉ AMÉRICO

Solidariza-se com as manifestações de professores contra a reforma na previdência municipal. Crítica o prefeito João Doria por medidas a afetar o transporte público e a Saúde. Revela que dos 825 milhões de reais destinados à prevenção de enchentes, somente 32% foram usados pelo governo municipal. Clama por obras na rede de galerias pluviais, a seu ver antigas e assoreadas. Afirma que o Governo Doria é incompetente.

8 - CORONEL CAMILO

Elogia o Exército Brasileiro por missão no Haiti. Acrescenta que a instituição é exemplo de moral, de civismo e de correção. Comenta obra realizada pela entidade, no aeroporto de Cumbica. Lembra que na oportunidade houve devolução de recursos, em razão de economia nos gastos. Comenta o apoio de antropóloga ao trabalho do Exército no Rio de Janeiro. Anuncia que estivera em Osasco, em contato com o vereador Josias da Juco - Juventude Cívica de Osasco, programa de assistência a menores carentes, destinado a acolher os adolescentes, ensinar valores e promover a inclusão no mercado de trabalho.

9 - CORONEL CAMILO

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defero o pedido e suspende a sessão às 15 horas e 11 minutos.

ORDEM DO DIA

11 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h33min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados requerimentos, com o número regimental de assinaturas, de Urgência ao PR 22/17; e ao PLC 09/18. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Léo Oliveira, com o número regimental de assinaturas, com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no evento da Agrishow, a realizar-se no período de 30 de abril a 04 de maio, em Ribeirão Preto. Convida todos a frequentarem esta Casa. Informa que as sessões são abertas para acompanhamento do público. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 23 de março, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão solene, a realizar-se amanhã, às 10 horas, para a "Entrega da medalha Theodosina Rosário Ribeiro". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - LECI BRANDÃO - PCdOB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a visita dos alunos do curso de Direito da Unicusul Anália Franco - São Paulo, acompanhados dos responsáveis, José Carlos Viana e professor Wellington Ferreira. Sejam todos bem-vindos em nome da Assembleia Legislativa e queremos saudá-los com uma salva de palmas. (Palmas.)

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdOB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente Doutor Ulysses, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa querida TV Assembleia, inicialmente, cumprimento com muito prazer os alunos da Unicusul do Anália Franco e digo que ficamos muito felizes quando tem gente visitando a nossa galeria, para que possam ver como é que acontecem as coisas aqui na Assembleia. Um aplauso para vocês. Muito obrigada.

Senhor Presidente, ontem, o País inteiro assistiu a uma discussão que seria algo corriqueiro, um bate-boca entre colegas de trabalho, uma discussão até de um bar, não fosse pelo fato de que os protagonistas são apenas ministros do Supremo Tribunal Federal, a nossa Corte Suprema. Há muito tempo o ambiente daquele tribunal é tenso e vem se intensificando na mesma proporção em que se acirram as questões políticas do nosso País. Não é a primeira vez que ministros discutem, mas o que chamou a atenção foi a troca de acusações de ordem moral que devem ser esclarecidas. Essas pessoas têm decidido e julgado, nos últimos anos, os destinos do nosso País e dos nossos governantes também.

Essas mesmas pessoas têm uma grande parcela de responsabilidade no clima de instabilidade que vive o Brasil e o que chamou também a atenção foi o fato de que quando se acusaram mutuamente, os ministros acabaram falando o que o povo até gostaria de dizer para eles: "Você é uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia. Vossa Excelência nos envergonha. Sozinho, desmoraliza o tribunal. Não tem patriotismo. Tem sempre interesse por trás que não é o da Justiça. Coisa horrrosa. Que vergonha! Parceria com a leniência. Não trabalha com a verdade".

Tudo isso o Brasil inteiro ouviu ontem no Supremo Tribunal Federal. Nós, que assistimos àquele espetáculo, entre outras, é inevitável que questionemos que respeito teremos que ter por ministros do Supremo que tratam questões tão importantes para o destino de milhões de pessoas de forma tão desrespeitosa. A nossa democracia - temos aqui alunos do curso de Direito - precisa de instituições fortes. Precisamos de um Parlamento, precisamos de uma Presidência, precisamos de um Judiciário com legitimidade de fato para garantir a nossa democracia, só que não estamos vendo isso.

Está faltando, e confesso que isso me preocupa profundamente como cidadã brasileira que sou, nem tanto como parlamentar, mas principalmente como cidadã brasileira. Eu acho que o Supremo Tribunal não poderia nos dar esse exemplo. Ainda bem que temos uma juventude que está conseguindo ser protagonista de algumas coisas. Jovens que têm coragem de ir para a rua, de reivindicar, de falar de coisas que são importantes para o povo brasileiro e esperamos, deputado Carlos Giannazi - deputado combativo do PSOL, respeito muito seu partido - que possamos ter alguma condição de modificar tudo isso que está aí.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectador da TV Assembleia, o prefeito Doria está respondendo a uma acusação muito grave aqui em São Paulo que já está na Justiça, o Ministério Público entrou com uma ação contra ele.

A Justiça acatou por uso inapropriado de propaganda de promoção pessoal no slogan da prefeitura, transgredindo uma lei municipal da qual, inclusive, fui o autor. Foi vereador aqui em São Paulo durante dois mandatos e consegui aprovar algumas leis, entre elas a Lei nº 14.166, ainda de 2006, que diz que a única propaganda, a única logomarca da cidade de São Paulo é o brasão da cidade de São Paulo, com a frase "Prefeitura da Cidade de São Paulo".

Esse negócio de "Cidade Linda" que ele inventou, que é marketing pessoal e faz parte da campanha eleitoral dele, é proibido por lei. A lei municipal está em vigor hoje, no município de São Paulo.

É com base nessa lei que o Ministério Público acionou a Justiça e a Justiça acatou essa decisão. Ele está sendo acusado de improbidade administrativa, de promoção pessoal, usando esse símbolo, esse coração, "Cidade Linda". É um símbolo extremamente cafona e brega. Aquela coração, "Cidade Linda", é muito cafona aquilo. Ele tem um péssimo gosto, o prefeito Doria. Mas, de qualquer forma, está sendo processado pelo Ministério Público por conta disso.

Isso está hoje na Mônica Bergamo, na Folha de São Paulo. Tem uma nota na Monica Bergamo de hoje, falando da minha lei, falando que ele transgrediu a lei e que está respondendo a um processo na Justiça. O que ninguém sabia até então é que agora, no início desse mês, ele tinha protocolado um projeto de lei - um PL, o PL nº 76 - agora, de 2018, para alterar a lei que aprovei na Câmara Municipal, a Lei nº 14.166.

Ele pretende, depois de praticamente já processado pela Justiça, ele tenta alterar a lei para se proteger do processo da Justiça. É um absurdo total. Ele quer mudar a lei, quer retroagir, achando que, mudando a lei agora, ele fica livre do processo.

O projeto de lei do Doria está tramitando na Câmara Municipal. Espero que não seja aprovado, porque é uma aberração isso aí. É uma violação à Constituição. É um absurdo total se a Câmara Municipal aprovar esse PL do prefeito Doria para isentá-lo, para enganar a Justiça.

O que ele pretende é enganar, dar um passa-moleque no Ministério Público e no Tribunal de Justiça de São Paulo, alterando agora, no último momento, alguns dias antes de sair, da sua renúncia.

Ele renuncia à Prefeitura no dia 6 de abril. Ele vai embora, mas ele pretende aprovar o projeto para enganar o Ministério Público e a Justiça. Eu queria fazer essa denúncia aqui, Sr. Presidente. Vamos acompanhá-lo.

Já estou conversando com os vereadores na Câmara Municipal, pressionando, conversando com a nossa bancada do PSOL para obstruir qualquer tentativa de votação do PL nº 76, de 2018.